



Co-funded by
the European Union

MÓDULO DE COACHING GEAVET DIGI PARA MULHERES EM AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL E EMPREENDEDORISMO

ENTREGÁVEL 4.2

PROJECTO GEAVET N° IO1129027

"EXCELÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE INCLUSIVA NO ECOSSISTEMA AFRICANO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO"



Aviso: Cofinanciado pela União Europeia. As opiniões e pontos de vista expressos são, no entanto, apenas dos autores e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência Executiva Europeia para a Educação e Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser responsabilizadas por elas.

2.6 Comparação do direito empresarial UE e SSA (Mulheres)

Comparar as leis empresariais entre a União Europeia (UE) e os países da África Subsaariana (SSA) – especificamente Moçambique, Nigéria, Uganda e Quênia – revela uma mudança da "paridade jurídica" na UE para a "reforma jurídica" na SSA. Embora ambas as regiões enfrentem uma "*lacuna de financiamento de género*", as causas legais profundas diferem significativamente.

2.6:1 Paridade Legal vs. Pluralismo Legal

- **União Europeia:** O direito empresarial é largamente harmonizado através de Diretivas da UE (por exemplo, a **Diretiva 2004/113/CE** que proíbe a discriminação de género no acesso a bens e serviços). As leis são "monistas", ou seja, um único código estatutário aplica-se a todos os cidadãos, independentemente da religião ou etnia.
- **SSA (Moçambique, Nigéria, Uganda, Quênia):** Estes países operam sob **Pluralismo Legal**. Embora as constituições nacionais (como a Constituição do Quênia de 2010) garantam igualdade, as leis consuetudinárias e religiosas frequentemente regem a herança e a terra. Isto cria uma "armadilha legal" onde uma mulher é igual num tribunal, mas limitada pela lei tradicional na sua comunidade.

2.6:2 Acesso a Financiamento e Garantias

- **União Europeia:** A discriminação é principalmente "implícita" ou estrutural (por exemplo, viés de capital de risco). Legalmente, as mulheres têm direitos iguais para possuir bens para usar como garantia.
- **SSA Focus:** A "Lacuna Colateral" é uma criação legal. No **Uganda** e na **Nigéria**, embora as leis permitam que as mulheres possuam terras, a ausência de títulos reais (devido às leis consuetudinárias de herança) significa que não podem cumprir os requisitos legais para empréstimos bancários.
 - *Exemplo:* Na **Nigéria**, a Lei de Uso do Solo é neutra em termos de género, mas como muitas mulheres herdaram através da Sharia ou da lei consuetudinária, muitas vezes não possuem o "Certificado de Ocupação" necessário para o financiamento empresarial.

3. Maternidade e Proteções Sociais para Empreendedores

- **União Europeia:** A **Diretiva 2010/41/UE** é uma lei histórica que concede especificamente às mulheres trabalhadoras independentes (e aos seus "cônjuges que ajudam") o direito a benefícios de maternidade. Esta rede de segurança legal incentiva as mulheres a correr o risco de iniciar um negócio.
- **Foco na SSA:** Nos quatro países da SSA, a proteção da maternidade está maioritariamente ligada a **contratos de trabalho** (por exemplo, a Lei do Emprego do Quênia). Muitas vezes, não existe uma segurança social estatutária

equivalente para a *mulher trabalhadora independente*. O empreendedorismo é visto como um "risco privado" em vez de uma Actividade socialmente protegida.

4. Ação Afirmativa e Contratação

- **União Europeia:** Foca-se na "Governança Corporativa" (por exemplo, a **Diretiva "Mulheres nos Conselhos"** que exige 40% de representação feminina nos conselhos até 2026).
- **Foco da SSA:** Foca-se no "Acesso ao Mercado." **O Quénia** é um líder global aqui com o **AGPO** (Access to Government Procurement Opportunities), que legalmente obriga que 30% de todos os contratos governamentais sejam atribuídos a mulheres, jovens e pessoas com deficiência. Esta é uma ferramenta legal "dura" para entrada no mercado que é menos comum na UE.

Tabela Sumária de Comparação

Destaque	União Europeia (UE)	SSA (Moçambique, Nigéria, Uganda, Quénia)
Barreira Primária Legal	Viés estrutural e equilíbrio entre vida profissional e pessoal.	Pluralismo Jurídico (Consuetudinário vs. Estatutário).
Terreno/Garantia	Acesso legal universal à propriedade.	Acesso restrito pelas Normas de Herança .
Direitos dos Trabalhadores Independentes	Benefícios de maternidade/sociais obrigatórios.	Maioritariamente restrito a funcionários formais.
Foco Regulatório	Quotas do conselho e transparência salarial.	Reservas de Contratação Pública (por exemplo, AGPO).
Incentivos	Créditos fiscais e subsídios para creches.	Subsídios de microfinanças e capital semente.

Referências

Moçambique

- **Constituição da República de Moçambique (2004):** Artigos 35 (Igualdade) e 36 (Igualdade de Género).
- **Lei de Terras (Lei de Terras) - Lei n.º 19/97:** Especificamente o Artigo 10 (Direitos dos indivíduos) e o Artigo 12 (Direito de usar e beneficiar da terra para as mulheres).
- **Código da Família (2004):** Casamentos de direito comum e registados reconhecidos, que garantem igualdade na partilha dos bens matrimoniais.

Uganda

- **Constituição da República do Uganda (1995):** Artigo 33 (Direitos das Mulheres) e Artigo 26 (Direito à propriedade).
- **Land Act (Cap 227) & Land (Amendment) Act 2004:** Secção 38A (Cláusula do "Consentimento do Cônjuge").
- **Lei de Sucessão (Alteração) 2022:** Reformas recentes que abordam a distribuição de bens a viúvas.

Nigéria

- **Constituição da República Federal da Nigéria (1999):** Secção 42 (Direito à liberdade contra a discriminação).
- **Lei do Uso do Solo (1978):** Capítulo L5, Leis da Federação da Nigéria 2004.
- **Companies and Allied Matters Act (CAMA 2020):** Disposições para "Pequenas Empresas" e "Empresas de um só homem" (benéficas para empreendedoras a solo).

Quénia

- **Constituição do Quénia (2010):** Artigo 60 (Princípios da Política Fundiária) e Artigo 45 (Direitos e propriedade da família).
- **Lei dos Bens Matrimoniais (n.º 49 de 2013):** Secções 6 e 7 (Definição e divisão de bens).
- **Lei de Terras (2012) e Lei de Registo de Terras (2012):** Estabelecimento do quadro para a proteção do cônjuge nas negociações de terras.

2. Instrumentos Regionais e Internacionais

- **Protocolo de Maputo (2003):** *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África*. Artigos 13 (Direitos Económicos) e 19 (Direito ao Desenvolvimento Sustentável).
- **Iniciativa de Política Agrária da União Africana (LPI):** *Quadro e Diretrizes sobre Política Agrária em África (2009)* e a resolução "Meta de 30%" de 2015 para os direitos documentados das mulheres à terra.

- **Acordo AfCFTA:** *Protocolo sobre Mulheres e Jovens no Comércio* (negociado/refinado 2024-2025).

3. União Europeia

- **Diretiva da UE 2010/41/UE:** Sobre a aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres envolvidos numa Actividade em regime de trabalhador independente (A Diretiva "Maternidade por Conta Própria").
- **Diretiva da UE 2022/2381:** Sobre a melhoria do equilíbrio de género entre os administradores de empresas cotadas (Diretiva "Mulheres nos Conselhos").
- **Diretiva da UE 2004/113/CE:** Implementação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso e fornecimento de bens e serviços.

4. Relatórios Institucionais e Investigação

- **Banco Mundial:** *Mulheres, Negócios e a Lei 2024, 2025 e 2026* Relatórios. (Foco nos indicadores "Empreendedorismo" e "Ativos" para comparação regional).
- **Comissão Europeia:** *Relatório da Estratégia de Igualdade de Género 2023-2025*.
- **FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura):** *Base de Dados de Direitos de Género e Terra (Perfis de Países para Moçambique e Uganda)*.
- **USAID:** *Perfis de Posse da Terra e Direitos de Propriedade (LTPR)*.
- **Organização Internacional do Trabalho (OIT):** *Roteiro para Promover Condições Nacionais para o Desenvolvimento do Empreendedorismo Feminino na Nigéria (2023-2025)*.
- **IFC (Corporação Financeira Internacional):** *Relatório sobre a Lacuna Financeira das MPME (Dados Regionais para a África Subsaariana)*.

5. Repositórios Digitais

- **AfricanLII:** <https://africanlii.org> (Fonte primária de jurisprudência).
- **EUR-Lex:** <https://eur-lex.europa.eu> (Acesso à legislação e diretivas da União Europeia).
- **Relatórios da Lei do Quénia:** <http://kenyalaw.org>.
- **Nigéria-LII:** <https://nigerialii.org>.